

URB MOU RJ

2/A

CPV-CENTRO DE DOC E PESQUISA VERGUEIRO  
R. Sao Domingos, 224  
Bela Vista  
Sao Paulo SP 01.326-000

CPV  
01 DEZ 1999

# SE LIGA NO Sinal

Informativo do CEPEL  
Centro de Estudos e Pesquisas  
da Leopoldina  
Ano VIII / Número 41 - Out/Nov/Dez 99

## TECENDO A REDE LOCAL DE EDUCAÇÃO E SAÚDE



**Rádios Comunitárias na luta contra a AIDS**

6

**MEIO AMBIENTE: a Leopoldina e a Misericórdia**

4/5

**Conferências de Saúde:  
o dilema da participação popular**

7

LEOPOLDINA  
15.12.99  
BRASIL  
CPV



SE  
LIGA  
NO  
**Sinal**

JORNAL TRIMESTRAL  
PUBLICADO PELO  
CEPEL - CENTRO DE  
ESTUDOS E  
PESQUISAS DA  
LEOPOLDINA,  
ENTIDADE SEM FINS  
LUCRATIVOS PARA  
ASSESSORIA AOS  
MOVIMENTOS DA  
REGIÃO DA  
LEOPOLDINA

**COMISSÃO  
EDITORIAL**

Cristina M. (Kita) Eitler  
Homero T. de Carvalho  
M. Eugênia (Kena) U. Silva  
Victor Vincent Valla

**COLABORADORES**

Gustavo Benítez Alvarez  
Patrícia Tiomno Tolmasquin  
Fernando C. R. Fernandes

**COLABORARAM  
NESTA EDIÇÃO**

Denise Oliveira  
Gustavo de Carvalho

**APOIO  
ADMINISTRATIVO**

Maria de Fátima S. Correia

**JORNALISTA  
RESPONSÁVEL**

Homero T. de Carvalho  
(Mtb 1127/05/65v -PR)

**PROJETO GRÁFICO**

Caco Chagas  
Kita Eitler

**EDITORIAÇÃO**

Zona Criativa (205 3220)

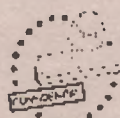
**CAPA**

Kita Eitler sobre pintura de  
Correggio (*Casamento  
Místico de Santa Catarina*)

**APOIO**

KFS  
JUVENTUDE CATÓLICA  
AUSTRIACA  
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza a  
reprodução total ou  
parcial dos artigos deste jornal,  
bem como sua utilização para  
fins educativos. Solicitamos  
citação da fonte e o envio de  
cópia em caso de publicação.



EDITORIAL

## Fim de ano/fim de século/fim de milênio Um balanço realista/otimista

*1.999 está se apagando, mas população resiste ao risco de agravamento de velhos problemas no ano 2.000.*

Com o fim do ano chegando, a tendência da grande imprensa e da televisão é de fazer um balanço do ano. Mas um balanço em termos amplos, lembrando, por exemplo, a queda do avião que ia de Nova Iorque para o Cairo, o ciclone na Índia ou o terremoto na Turquia, que mataram tanta gente. Ou assuntos não tão tristes, como o fato de que Lennox é o novo campeão mundial de boxe ou de que o Botafogo não foi rebaixado para a segunda divisão, etc.

Na nossa época, marcada pela planetarização neoliberal, as notícias são cada vez mais transmitidas como espetáculo e tendem a abordar cada vez mais assuntos gerais, isto é, estaduais, nacionais e mundiais. Ao ver os grandes balanços de final de ano dos meios de comunicação, ficamos com a impressão de que a gente não tem como influir nos rumos do país, do Estado do Rio de Janeiro e do nosso próprio local, a região da Leopoldina, como se a História já tomasse um certo rumo que não vai se modificar e que a vida é só isso que estamos assistindo – “um show fantástico”.

De certa forma, a proposta do CEPEL é justamente andar na contra mão desta idéia, ou seja, acompanhar a vida local da Leopoldina, chamando a atenção para o dia-a-dia dos seus moradores. Por isso, criou-se a Rede Local de Educação e Saúde, que reúne-se todo mês na sede do CEPEL, e que é um dos assuntos tratados neste número do SINAL.

O ano de 1999 marcou também a mudança física do CEPEL - da Rua Uranos para o Prédio da Expansão da Fundação Oswaldo Cruz, na Avenida Brasil. Internamente, concluímos o Cadastro das muitas iniciativas sociais que vêm surgindo para fazer frente ao desemprego e à fome que atinge uma grande parte da população da região. O Cadastro é

uma publicação do CEPEL, com o título de *Conhecendo a Região da Leopoldina: Algumas Iniciativas Sociais*, com o endereço, telefone e descrição de muitas das iniciativas que existem na região para lidar com as muitas necessidades da população. Faz parte de uma iniciativa do CEPEL de tentar trazer à tona a grande mas quase invisível Rede de Solidariedade que existe na Região. Se o índice

de emprego está caindo e se, por essa razão, a fome e a miséria estão aumentando, como as pessoas estão se virando? Se 60% dos impostos que nós pagamos estão saindo do país para pagar a dívida externa, o que faz a população na busca da sua sobrevivência?

As grandes marchas para Brasília e para Aparecida do Norte durante o ano de 1999 são sinais de que a paciência da população está chegando ao limite do suportável. Outro sinal é o baixíssimo nível de popularidade do Presidente do país, que continua alardeando que as coisas vão melhorar, enquanto, visivelmente, estão só piorando.

Para o ano 2000, a proposta do CEPEL é de continuar acompanhando o Conselho Distrital de Saúde, com a sua nova direção e que é matéria dessa edição, como também o andamento da proposta de Orçamento Participativo do governo estadual, assunto principal da edição anterior do Se Liga no SINAL. Mas também, em particular, acompanhar as muitas iniciativas que existem na Região, que indicam como a população vai se virando na luta contra o desemprego e a fome. Neste sentido, nossa proposta é de acompanhar de perto as várias propostas que estão contidas no *Cadastro das Iniciativas Sociais*, procurando saber não somente como conseguem recursos, mas como avaliam o momento que estamos vivendo e como vêem a possibilidade de somar forças com os outros grupos que também estão preocupados com os mesmos problemas.

Ao desejarmos boas festas de fim de ano aos nossos leitores, convidamos todos para compartilhar este momento simbólico de fim de século/milênio para renovar energias para prosseguir na batalha por um futuro melhor.







# REDE LOCAL DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

Agindo e aprendendo no dia a dia da população da Leopoldina

Victor Valla

A Rede Local de Educação e Saúde é uma proposta do CEPEL de buscar aproximar as entidades que atuam na Leopoldina no desenvolvimento de atividades não só de assistência a necessidades imediatas da população, mas também na criação de espaços de participação e reflexão sobre as condições de saúde e educação dos grupos populares e as possibilidades de sua superação no dia a dia.

Ao propor a criação da Rede Local, o CEPEL partiu da constatação de que ela já existe entre as várias entidades ou grupos da região e caberia à entidade incentivar a sua visibilidade e prover as condições para o seu encontro regular, promovendo o estreitamento da articulação entre elas.

Assim, a Rede Local de Educação e Saúde vem se reunindo regularmente desde janeiro, e, até agora, tem contado com a participação dos seguintes grupos da Leopoldina: "Sementinha" Serviços Comunitários, Centro de Referência da Saúde da Mulher (CRESAM), Pastoral da Juventude da Igreja Bom Jesus da Penha e "Bicuda Ecológica".

Além de permitir que os vários grupos tenham uma maior clareza dos problemas que cada um enfrenta, a Rede permite também, neste contato mensal das entidades, uma avaliação das dificuldades que a população vem enfrentando em face do alto grau de desemprego e fome que assola a região.

Numa reunião da Rede, uma participante do grupo "Sementinha" declarou que "não cabia no seu trabalho tentar avaliar o grau de desemprego nas favelas do Complexo da Penha, uma vez que o grau de desemprego é tão grande que dá vergonha perguntar para as pessoas nas casas que visita, pois o desemprego da população é óbvio. De cada 10 casas, 7 tem um ou mais desempregados. A fome está devorando nosso povo". Na mesma fala, informou também que "muitos dos moradores do Complexo não têm o que comer e que tomam emprestado dos vizinhos não somente comida, mas também medicamentos."

## "A fome está devorando nosso povo" Participante do "Sementinha"

Para a sociedade, este dia a dia de fome e miséria que surge nas reuniões da Rede fica escamoteado, permanecendo num nível secundário de importância para o país. Isto ocorre, em grande parte, porque a grande imprensa e a televisão continuam dando suas notícias num nível mais geral - índices nacionais de desemprego, situação da balança comercial (diferença entre exportação e importação), tamanho da dívida externa. O funcionamento da Rede Local é um momento em que é possível avaliar as consequências dessas informações gerais na vida de grandes parcelas da população.

Noutro encontro da Rede, a representante do Cresam contou as tremendas dificuldades que as mulheres enfrentam para ter acesso a exames ginecológico ou até "de vista" através dos serviços públicos. Embora, todas saibam que os serviços públicos são "gratuitos" ("porque nossos impostos os custeiam"), o investimento do estado e do município é insuficiente para atender a demanda da população feminina. "É comum que um exame seja marcado para ser feito seis meses depois." O trabalho do Cresam é localizar clínicas que, embora privadas, oferecem serviços gratuitos. Muitas vezes, a clínica que oferece esses serviços são tão distantes que a mulher interessada tem que gastar muito tempo e dinheiro para chegar ao local, considerando que duas passagens de ônibus - ida e volta - e um lanche custam no mínimo cinco reais.

## "É comum que um exame seja marcado para ser feito seis meses depois." Participante do CRESAM

A luta da "Bicuda Ecológica" é mais conhecida, pois vem trabalhando com a proposta de defender de ocupação e depredação a última grande área verde da região da Leopoldina, a Serra da Misericórdia.

Esta grande área verde é ao mesmo tempo cobiçada por grupos interessados na construção de condomínios, aproveitando-se da belíssima vista oferecida pelo local e, ao mesmo tempo, é visada por pessoas pobres que não têm onde morar. A "Bicuda Ecológica" defende a criação de um parque ecológico na Serra da Misericórdia, pois seu uso para moradia causaria o desaparecimento da última grande área verde da Leopoldina. A região, que é poluída tanto pelo intenso trânsito de automóveis e caminhões quanto pelo grande número de indústrias, é provavelmente a mais poluída do Grande Rio de Janeiro. Portanto, a defesa da Serra da Misericórdia implica também na defesa da qualidade de vida, uma vez que um dos principais problemas da Leopoldina é a poluição do ar, que provoca uma grande ocorrência de doenças respiratórias.

## A "Bicuda Ecológica" defende a criação de um parque ecológico na Serra da Misericórdia.

Nos "casos" narrados, é possível perceber que as entidades que estão participando da Rede Local de Educação e Saúde desenvolvem ações que são, essencialmente, de responsabilidade dos governos estadual e municipal. O "Sementinha" e o CRESAM oferecem serviços de saúde para aqueles que conseguem acesso aos serviços públicos em tempo hábil e a "Bicuda Ecológica" desenvolve uma proposta que, necessariamente, passa pela fiscalização do estado e do município.

Os três grupos, que juntamente com a Pastoral da Juventude estão participando da Rede Local de Educação e Saúde, são um embrião da construção da sociedade civil que procura garantir os direitos da população. Todos eles percebem a importância da participação dos serviços públicos para a satisfação das necessidades básicas da classe trabalhadora - saúde, lazer e meio ambiente - mas também não estão de braços cruzados diante da participação limitada das autoridades e da gravidade dos problemas que enfrentam.





# MEIO AMBIENTE NA LEOPOLDINA: um caldeirão de problemas

4

5

Nesta matéria apresentamos alguns dos principais problemas ambientais da região, destacando a Serra da Misericórdia, área verde que é reflexo da distribuição desigual do espaço urbano e alvo da especulação imobiliária. Ouvimos Conceição Machado, do Movimento "Bicuda Ecológica", que luta pela preservação do local e Julio Cesar de Barros, que explica as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC) na Leopoldina.

Denise Oliveira e Maria Eugenia (Kena) Urrestarazu Silva

A região da Leopoldina reúne problemas ambientais de todo tipo: poluição atmosférica e sonora, coleta de lixo insuficiente e esgotamento sanitário precário, comprometendo a qualidade da água, e que se confunde com o fluxo de água das chuvas. Este quadro resulta das características históricas e geográficas da região - cortada por grandes avenidas de acesso à cidade do Rio de Janeiro, ocupando uma grande área de aterro de antigos manguezais e concentrando grande parte das instalações industriais da cidade - somada à insuficiência de investimentos públicos durante décadas para enfrentar esses problemas e do empobrecimento de grandes parcelas da população que ocupam áreas de risco. Hoje não há mais fronteiras separando os problemas ambientais dos problemas do dia a dia, como moradia, alimentação, emprego...

A Serra da Misericórdia, último reduto verde da região da Leopoldina, é um modelo desse quadro de contradições. Ela é um maciço que corta a região da Penha, Vila da Penha, Olaria e Ramos, e grande parte já está ocupada de maneira desordenada, através de desmatamento, refletindo o problema da falta de moradia. Mas a área é também cobiçada por loteadores, que vêm na Serra uma excelente oportunidade de negócios rendosos, já que o lugar oferece como atrativo uma vista fantástica de toda a cidade. Ao mesmo tempo, a Serra não tem resistido ao olho grande dos donos de pedreiras, que exploram um grande tesouro em pedras para uso na construção civil. Assim, a Serra é utilizada tanto para moradia como também para emprego nas pedreiras.

Conceição Machado, da organização não-governamental "Bicuda Ecológica", que luta para a criação de um parque para preservar a Serra, diz de maneira muito clara que "não dá para desconsiderar a necessidade de moradia das pessoas. O que a entidade tem tentado fazer é levar a discussão a partir da ideia de que o que é bom para nós, é bom para eles, também". Com essa estratégia, a Bicuda Ecológica conseguiu envolver os moradores de uma favela que surgiu na região, no projeto de reflorestamento da Serra da Misericórdia.

Em outros momentos, não tem sido fácil chamar a atenção dos moradores, pois eles vêm a intervenção da "Bicuda" como algo ameaçador para a precária estabilidade da sua moradia. É o caso, por exemplo, da população que acaba ocupando lugares perigosos, como tem acontecido na ocupação de terrenos sob a rede de alta tensão. Esses espaços aparentemente disponíveis no solo, estão ocupados na via aérea pela rede de energia elétrica. As pessoas não percebem o perigo que estão correndo, ou quando percebem, preferem correr o risco, pois não têm outra opção de espaço para ocupar.

Outra situação ambiental contraditória na Serra da Misericórdia, é vivida pela população no caso da poluição atmosférica, provocada pelo funcionamento das pedreiras. Os moradores dependem dos empregos oferecidos pelas empresas, mesmo sabendo que os problemas de saúde que enfrentam são decorrentes da poluição causada pela sua atividade de exploração mineral.

## FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A FALA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO

Julio Cesar de Barros, gerente do Escritório Técnico Regional-3 (ETR-3), o escritório regional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) - que atua na fiscalização e controle ambiental AP3, que inclui os bairros da Leopoldina, - diz que: "no caso da Serra da Misericórdia, existem estudos para a criação de uma Unidade de Conservação Ambiental que poderá ser, por exemplo, um parque. No local, podemos distinguir a ação de quatro fatores: a favela, as áreas de reflorestamento, pastos e ações de pedreiras.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), possui cinco escritórios técnicos espalhados pelo município. Eles funcionam como mini-secretarias e suas atribuições são fiscalização e educação ambiental, planejamento e ações de reflorestamento. O ETR-3 funciona no 10º andar do prédio da Expansão da FIOCRUZ (Av. Brasil, 4036).

## OS PROJETOS PARA CADA TIPO DE POLUIÇÃO

### Poluição do ar

A Secretaria está importando aparelhos para medir a qualidade do ar da Área de Planejamento 3 (AP3/AP3.1), a ser instalado em Bonsucesso. No caso da poluição do ar, está sendo observada uma grande tendência de solventes orgânicos como agente causador de poluição de ar na região. As oficinas de automóveis clandestinas, principalmente as de lanternagem são a maior fonte emissora desse tipo de poluente. As normas técnicas para esse tipo de atividade exigem uma cabine de pintura, filtros e máscara para o lanterneiro, mas elas nunca são cumpridas, pois há oficinas funcionando em galpões e, às vezes, até mesmo no meio da rua.

Ainda no caso do ar, a SMAC já tem em pleno funcionamento o programa "Limpendo o Ar" de controle da fumaça negra expelida pelos veículos a diesel. Este programa é desenvolvido pela Secretaria em convênio com a COPPE-UFRJ, e consiste num monitoramento da fumaça, principalmente dos ônibus.

### Poluição da água

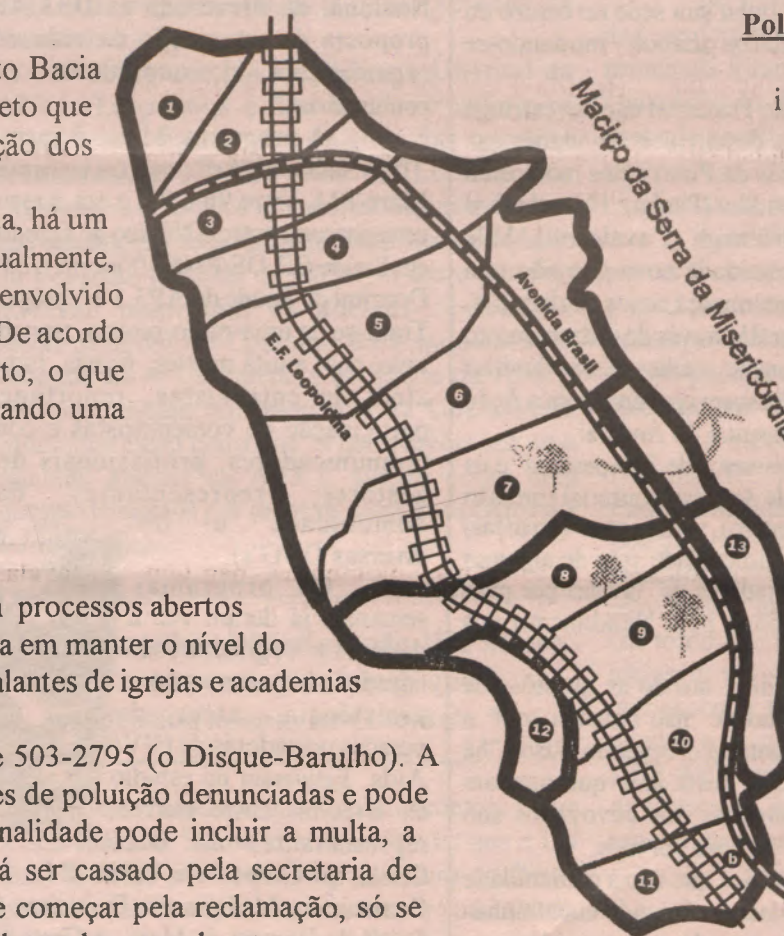
A qualidade das águas fluviais é monitorada dentro do projeto Bacia Aérea 3, que avalia as bacias e sub-bacias para conhecer o lixo e o trajeto que a água da chuva está percorrendo, definindo assim o nível da poluição dos rios.

Com as indústrias, tanto no que diz respeito ao ar quanto à água, há um outro problema, pois, em geral, a poluição que causam não é notada visualmente, tornando mais difícil a ação fiscalizadora. Neste caso, está sendo desenvolvido o Projeto de Padronização para a fiscalização das atividades industriais. De acordo com Julio, o projeto "visa a implantação de estações de tratamento, o que permitirá saber como está o nível de poluição das empresas, possibilitando uma ação mais eficaz."

### Poluição sonora

A secretaria tem ocupado 66% de sua atenção com o barulho, com processos abertos em vários casos. Segundo Julio, "a população deveria ter mais consciência em manter o nível do ruído em suas atividades, como o som mais baixo nas residências, os alto-falantes de igrejas e academias de ginástica."

A secretaria recebe reclamações de poluição sonora pelo telefone 503-2795 (o Disque-Barulho). A queixa é encaminhada para os escritórios regionais, que vistoriam as fontes de poluição denunciadas e pode exigir a adequação dos níveis de ruído. Em caso de reincidência, a penalidade pode incluir a multa, a interdição e, no caso de insistência, o alvará de funcionamento poderá ser cassado pela secretaria de Fazenda e aberto inquérito no Ministério Público. Este roteiro, que pode começar pela reclamação, só se aplica aos pontos fixos, não incluindo trânsito, caminhões de gás, vendedores de pamonha etc.



- Área Pesquisada**
- 1 Jardim América
  - 2 Vigário geral
  - 3 Parada de Lucas
  - 4 Cordovil
  - 5 Braz de Pina
  - 6 Penha Circular
  - 7 Penha
  - 8 Olaria
  - 9 Ramos
  - 10 Bonsucesso
  - 11 Manguinhos
  - 12 Complexo do Alemão
  - 13 Complexo da Maré

### Poluição do solo

Os projetos mais importantes são o de reflorestamento e a manutenção das áreas reflorestadas. A meta principal neste caso é modificar as condições micro climáticas, realizar a conservação do solo e diminuir a erosão e os deslizamentos.

Na AP3, a SMAC está desenvolvendo as seguintes áreas de reflorestamento: Maciço da Tijuca; Serra dos Pretos Forros (Água Santa); Paulo de Medeiros, Marianos e Inácio Dias (Campinho); Serrinha, Dendê e Parque Licurgo (Madureira); Complexo do Alemão e Jardim do Carmo (Serra da Misericórdia); Sereno (Penha); e os manguezais do Parque Royal e Jequiá. Julio explica que "os projetos de

reflorestamento tem tido muito sucesso, mas o nosso grande problema são as áreas onde há criação de gado". No município são ao todo 59 frentes de trabalho já instaladas.

A SMAC está iniciando um projeto de arborização participativa, que envolve os moradores de uma determinada rua a plantar mudas em suas próprias calçadas. Esse projeto faz parte da Educação Ambiental, e as mudas são dadas gratuitamente aos moradores. Visa-se com isso um maior envolvimento das pessoas com o meio ambiente, criando assim uma relação de cidadania.

Para as comunidades fica mais difícil desenvolver esse projeto, pois há uma grande falta de espaço para o plantio das árvores, sem contar que há o perigo de uma dessas mudas, ao crescer, causar problemas para os moradores, como deslizamento e desabamento.



tecendo  
**REDE**

6

Denise Oliveira

**AÇÃO FRATERNAL:**  
Voluntariado para  
atender a emergência  
permanente

A equipe do CEPTEL conversou com Edson Sousa, fundador da Ação Fraternal, uma entidade que presta auxílio jurídico e na área da assistência à saúde para a população do Complexo da Penha.

A Ação Fraternal foi criada em junho de 1997 por um grupo de pessoas que trabalhavam na Santa Casa de Misericórdia. No início, a entidade tinha sua sede no centro da cidade, mas por problemas financeiros acabou mudando-se para a Penha.

O campo de atuação da Ação Fraternal não se restringe apenas à região da Leopoldina onde desenvolve atividades nas comunidades de Santa Edwiges (Brás de Pina) e nos morros da Caixa D'água, Vila Cruzeiro e Merendiba (Penha). Há trabalhos também nas comunidades Padre Nóbrega (Cavalcanti), Vale do Sol (Campo Grande); uma comunidade nova que não tem estrutura sanitária e que por isso tem muitos casos de doenças.

Na área da saúde, o trabalho se dá através do cadastramento das famílias que necessitam de atendimento médico. Essas famílias são encaminhadas para clínicas que possuem convênio com a Ação Fraternal, como a Santa Casa ou o Hospital do Andaraí.

Mensalmente, são cadastradas cerca de 360 pessoas e os exames mais solicitados são o controle de pressão arterial (pressão alta), ginecologia e obstetrícia (preventivo), verminoses (crianças) e dentista. Segundo Edson "a grande dificuldade vem de algumas clínicas que se recusam a atender moradores de favelas por puro preconceito". A Ação Fraternal paga pelo atendimento nos hospitais particulares.

Na área da assistência jurídica, atende as questões de direito de família e trabalhista. A entidade não trabalha com a parte criminal, pois o trabalho é voluntário e, segundo Edson "há dificuldade em encontrar profissionais nesta área que queiram trabalhar voluntariamente". As consultas aos advogados são gratuitas e são atendidas cerca de 20 pessoas por mês.

O trabalho é feito por voluntários que vão à comunidade e passam o dia todo mapeando os casos e fazendo encaminhamento dos mais urgentes, seja de atendimento jurídico ou médico. Nesse último, a Ação acompanha todo o quadro evolutivo do tratamento, até que os pacientes tenham alta.

Segundo Edson "para exames clínicos temos convênios com alguns laboratórios, mas o grande problema é com as farmácias, pois não conseguimos nenhum convênio ainda". O convênio com as farmácias não acontece porque é mais lucrativo para o dono do estabelecimento vender o produto diretamente ao usuário, tendo assim lucro imediato.

Os convênios que a Ação Fraternal conseguiu até hoje se deram por insistência da equipe, que procura, pessoalmente, os comerciantes, micro-empresários e grandes empresas de todo Rio de Janeiro. Segundo Edson "esse negócio de mandar cartinha não funciona muito, pois em muitos casos nunca recebemos resposta".

A entidade não conta com apoio financeiro do exterior ou governamental e também não tem nenhuma influência religiosa, pois a intenção é atender a todos sem distinção.

AÇÃO FRATERNAL - Rua Honduras 53, 2o andar - Penha  
Horário: das 9 às 18 horas. telefone: 270 8193



**PROJETO MUSA**

A saúde da mulher e a prevenção às DST/Aids nas ondas das Rádios Comunitárias

Gustavo de Carvalho

Todos os sábados, de meio dia às duas da tarde, a Bicuda FM (Vila da Penha - Rio de Janeiro) transmite um programa diferente, dedicado à saúde da mulher e com ênfase na prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. É o Projeto Musa, uma realização do Cepel, com apoio da Coordenação Nacional de Prevenção às DST/Aids, uma proposta de integração da rede de saúde, organizações de moradores e rádios comunitárias.

O programa Musa é inspirado no "Tem Saúde no Ar!", que foi transmitido pela Maré-FM, entre 96 e 97, e era o resultado de uma parceria entre o Núcleo de Estudos Locais em Saúde (ELOS/ENSP/Fiocruz), o Conselho Distrital de Saúde da AP3.1 e o próprio Cepel. Trata-se de uma rádio-revista, transmitida ao vivo, com muita música, poesia, radionovela, além de entrevistas, reportagens e a participação de comentaristas e convidados (comunicadores, profissionais de saúde, gestores, representantes da comunidade e de diversas ONG's).

Os programas semanais já deram voz a diversas organizações ligadas à prevenção e assistência, além de pessoas portadoras de HIV/Aids. Estiveram no estúdio da Bicuda, entre outros, representantes da ONG

Criola, do Grupo Pela Vidda- RJ, Gestão Comunitária, Médicos sem Fronteiras, Grupo de Saúde do Homem da Maré, A Gente Não Quer Só Remédio.; Agentes Comunitários do Morro dos Telégrafos, Dique, Borel, Vila do João e profissionais de saúde que atuam na rede pública.

Também já foram apresentadas dezenas de entrevistas com representantes de um grande número de organizações, realizadas nas coberturas de eventos como os Encontros Regional e Nacional da Rede de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, Congresso Nacional de Rádios Comunitárias, Congresso Internacional "Mulher Trabalho e Saúde", além de diversos seminários, encontros e visitas a órgãos governamentais. Cabe também ressaltar o apoio dado pela Associação dos Servidores da Fiocruz, que permitiu a utilização de sua infra-estrutura, especialmente os estúdios da Manguinhos FM, para a produção dos programas e viabilização de contatos importantes para a continuidade do projeto.

**Mobilizando comunidades e instituições de saúde**

Ao longo destes meses, dirigindo-se sobretudo ao público feminino, o programa abordou enfaticamente questões como a prevenção às DST/AIDS entre jovens, casais, pessoas maduras e a garantia dos direitos de pessoas vivendo com o HIV, além de ter divulgado as possibilidades de prevenção e tratamento que a rede pública oferece. Um dos objetivos do projeto é estimular outras rádios comunitárias a estabelecerem parcerias com profissionais e grupos atuantes na prevenção e conscientização da população sobre estas questões.

Neste sentido, o Projeto prevê a produção de um CD, com distribuição nacional, para divulgar mais amplamente estes depoimentos e participações muito especiais. A intenção é incentivar a formação de Núcleos de Produção Local para a prevenção às DST/AIDS, a partir da articulação entre Rádios Comunitárias, organizações de moradores e instituições de saúde.

A estratégia do Musa parte da verificação de que as intervenções preventivas, quando

pautadas na simples difusão de informações dissociadas do cotidiano e da cultura das populações que se pretende sensibilizar, têm se mostrado ineficazes e limitadas. A estratégia proposta reflete uma concepção de comunicação que permite a construção compartilhada do conhecimento em saúde, pautada pelo diálogo entre o saber técnico-científico e o saber popular em saúde, garantindo à população o exercício do direito de se comunicar, dando expressão as suas necessidades e experiências em relação à saúde.

As rádios comunitárias são verdadeiros centros culturais populares, com intensa circulação de moradores, sendo muitas vezes o único meio de comunicação social de que dispõem. A proposta é direcionar todo este potencial para a criação de programas que gerem um processo de mobilização entre comunidades e instituições de saúde.







# CONFERÊNCIAS DE SAÚDE ESTÃO AMEAÇADAS DE ESVAZIAMENTO

Maria Eugenia (Kena) Urrestarazu Silva

*Nesta matéria, abordamos a série de conferências de saúde realizadas durante o ano. Para comentar esse processo, entrevistamos Marisa Nascimento, moradora do Morro do Adeus, recentemente eleita vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP3.1 (Leopoldina e Ilha do Governador).*

No decorrer do ano representantes de entidades do movimento popular, pelo segmento dos usuários dos serviços, representantes de profissionais de saúde e dirigentes das unidades de saúde reuniram-se nas Conferências de Saúde para debater os problemas enfrentados pela população do Rio de Janeiro nesta área das políticas públicas que afeta a qualidade de vida de todos os cidadãos.

No município do Rio de Janeiro, as Conferências começaram ainda no primeiro semestre nos dez Conselhos Distritais de Saúde (CDS). Em seguida, de 17 a 20 de setembro, com a participação de delegados escolhidos nas conferências distritais, o debate ocorreu na Conferência do município do Rio de Janeiro e, em novembro, na Conferência Estadual de Saúde. Nos dias 8 e 9 de dezembro, em Brasília, acontece a reunião nacional dos conselheiros usuários, com a participação de representantes de usuários dos serviços de saúde de todo o país. Este encontro é um evento preparatório da XI Conferência Nacional de Saúde, que deverá ocorrer no ano 2.000.

**Os Conselhos estão encarregados de exercer o controle social sobre as políticas de saúde, atuando como um espaço local de planejamento e fiscalização das ações governamentais.**

Os Conselhos Distritais de Saúde foram instituídos pela Lei Municipal 2.011, de 31 de agosto de 1993, que prevê o funcionamento de conselhos em todas as áreas de planejamento do Município, conforme prevê a legislação federal que dispõe sobre a participação popular em saúde. Os Conselhos estão encarregados de exercer o controle social sobre as políticas de saúde, atuando junto à administração pública e ao Conselho Municipal de Saúde, como um espaço local de planejamento e fiscalização das ações governamentais.

Os conselhos são ainda responsáveis pela

organização das conferências distritais de saúde, iniciando um processo que se conclui nas conferências nacionais a cada quatro anos.

Como prevê a legislação, nestas conferências participam profissionais que trabalham nos serviços de saúde, dirigentes desses serviços e usuários, representando amplos setores da sociedade civil.

Neste ano, na Conferência Distrital da AP3.1 (Leopoldina e Ilha do Governador), os conselheiros fizeram um balanço das questões levantadas e das decisões deliberadas nas Conferências dos anos anteriores. Segundo Marisa do Nascimento, recentemente eleita vice-presidente do Conselho Distrital da AP3.1, o desrespeito do governo municipal às antigas decisões e recomendações do Conselho foi a questão mais debatida na V Conferência de Saúde da AP3.1. Marisa também informou que na Conferência Municipal ficou claro que, o que parecia ser uma questão apenas da AP3.1, surgiu como uma questão levantada por todos os Conselhos Distritais do município.

**“Os Conselhos Distritais não têm acesso ao orçamento municipal, que é discutido apenas no Gabinete.”**

Marisa, disse também que “o que acontece é que a Secretaria de Saúde vira as costas ao que a Lei diz e delibera por conta própria e fora do fórum popular - as conferências e conselhos de saúde. Eles acham que o dinheiro é deles e que com o dinheiro que liberam eles ajudam o povo. Na verdade, segundo a Lei, para que qualquer verba possa ser liberada, é preciso o aval do Conselho. Então, finge-se a deliberação do Conselho. Os Conselhos Distritais não têm acesso ao orçamento municipal, que é discutido apenas no Gabinete. Só quando o CEPTEL traduziu os dados do orçamento foi que o CDS-AP3.1 ficou informado, mas mesmo assim o Conselho ainda não teve acesso a ele”. (1)

Uma outra questão relevante, discutida na Conferência do CDS-AP3.1, foi a proposta da Prefeitura de um programa de intervenção chamado “macro função”, que propõe a integração horizontal dos diversos serviços. Para a execução desta “macro função”, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) propôs

uma parceria com o Conselho para realizar um levantamento que permita formular uma ação integrada na área da saúde. Como primeiro passo, a ENSP propõe uma ação de capacitação e reciclagem de conselheiros para que estes possam falar a mesma língua dos profissionais de saúde.

Na III Conferência Estadual, última etapa das conferências regionais em 99, os pontos principais foram a humanização dos serviços, a consolidação do Sistema Único de Saúde, o controle social e, principalmente, o fato de que os municípios não respondem às necessidades e exigências da população.

Este último ponto tem sido responsável por um esvaziamento das Conferências - a população está ficando cansada da política de desrespeito das autoridades às decisões dos fóruns populares e, num ato de protesto, deixam de participar. (2)

A eleição da nova diretoria do Conselho Distrital AP3.1 aconteceu no dia 21 de outubro. Para um mandato de dois anos, foi eleita a chapa liderada por Nereu Lopes (Presidente) e Marisa Nascimento (Vice-Presidente). Segundo Marisa, esta nova administração pretende se mobilizar em torno das ações locais de saúde, realizadas inclusive por órgãos como a Comlurb, que tem que executar tarefas que influem nas condições de vida e saúde da população. A nova gestão do DCS-AP3.1 quer trazer essas questões para dentro do Conselho, de maneira que este possa também monitorar de perto essas ações.

(1) Mariza Nascimento refere-se à apresentação ao plenário do Conselho Distrital de Saúde da AP3.1, do orçamento de 1997 do município do Rio de Janeiro, feita pela equipe do CEPTEL, no final de 1996. O trabalho foi publicado como matéria da página central do número 30 do Se Liga no SINAL (jan./fev./mar. 97) - “Abrindo o orçamento público e tentando definir para vai nosso dinheiro - Conselho Distrital de Saúde começa a planejar a partir da previsão de recursos no orçamento municipal”.

(2) O risco de esvaziamento das conferências de saúde já foi apontado na série anterior de conferências, na matéria “IV Conferência de Saúde da AP3.1 - Para onde vão as decisões das Conferências de Saúde”, publicada no Se Liga no SINAL, pág. 7, número 33 (out./nov./dez. 97)





**Desemprego cresceu 15% em 98**

8

“A taxa de desemprego brasileira saltou de 7,8% para 9% entre 1997 e 1998. O crescimento do índice no ano passado foi de 15%. Os dados estão na PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1998, do IBGE. Na prática, a recessão do final de 1998 significou a perda do emprego para mais 1 milhão de brasileiros. Com esse reforço, o contingente de desocupados em todo o país chegou a 6,923 milhões de pessoas no ano passado. Os anos 90 vão ficar marcados na história do país como a década do desemprego. Apenas entre 1989 e 1998 o estoque de desempregados foi acrescido de mais de 5 milhões de brasileiros.” (Folha de São Paulo – 01/12/99)

**Vitória da sociedade civil: reunião da OMC redonda em fracasso histórico**

“O barulho das ruas, a revolta dos países pobres e principalmente divergências insanáveis entre os próprios países ricos levaram ao fracasso a reunião da Organização Mundial do Comércio, realizada na cidade americana de Seattle. Milhares de manifestantes e ativistas de ONGs (organizações não governamentais) e representantes de 135 países-membros da OMC ocuparam a cidade na primeira semana de dezembro. Para as ONGs, a OMC é o agente que representa o que há de ruim na globalização: empregos menos estáveis, diferenças mais acentuadas entre ricos e pobres, seja em sociedades específicas ou nos países.” (Jornal do Brasil – 05/12/99)

**ATENÇÃO**

O CEPEL está fazendo uma promoção para aqueles que gostariam de assinar o SINAL. Durante os três próximos meses a assinatura anual sairá por apenas R\$ 8,00. Aproveite para ficar informado sobre a região da Leopoldina e colaborar com o trabalho do CEPEL.

**Atuação na Leopoldina é tema de pesquisa no IBICT/CNPq**

O trabalho do CEPEL e do ELOS/ENSP/Fiocruz (Núcleo de Estudos Locais e Saúde), que realizam trabalhos de pesquisa e articulação de grupos populares na região da Leopoldina, foi o tema da pesquisa “Cultura, Espaço e Textualidade: relações intercampos, redes sociais e novas configurações comunicacionais e informacionais”, desenvolvido entre março de 1997 e fevereiro de 1999. Foi realizado, como projeto integrado, pelo IBICT/CNPq - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e ECO/UFRJ - Escola de Comunicação e procurou contemplar “extensas redes de contato que mobilizam recursos materiais e simbólicos para a transformação social, promovendo novas e complementares formas de apropriação, produção, transferência e gestão de informações fora da regulação estatal.” A pesquisa e a íntegra das entrevistas podem ser consultadas no CED-Vida (Centro de Documentação sobre as Condições de Vida na Leopoldina) do CEPEL.

**Resistência contra o fator previdenciário**

“O governo federal está reunindo pareceres de advogados para enfrentar no Supremo Tribunal Federal, as ações diretas de inconstitucionalidade contra a lei 9.876, que criou o fator previdenciário. Partidos de oposição e centrais sindicais que entraram com as ações consideram que o fator é uma forma de burlar a Constituição, já que, na prática, introduz limite de idade para efeito de concessão de aposentadorias por tempo de contribuição no INSS.” (Folha de São Paulo – 05/12/99)

**A mamata da privatização**

“Os benefícios concedidos pelo governo federal às empresas compradoras de estatais privatizadas somam US\$ 45 bilhões. O valor é maior do que o patrimônio vendido e mais que o dobro do ganho obtido com as desestatizações. As privatizações realizadas na década de 90 renderam aos governos US\$ 56,2 bilhões, com a venda de um patrimônio público avaliado em US\$ 38,3 bilhões. O ganho com a desestatização foi, então, de US 17,9 bilhões – menos da metade do valor dos benefícios dados aos compradores.” (Folha de São Paulo – 05/12/99)

**IMPRESSO**

**SE LIGA NO Sinal**

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 10,00.

NOME: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TEL: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_